

**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM
RURAL - SENAR - AR/MS**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016**

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Conselheiros do
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR - AR/MS
Campo Grande - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR - AR/MS** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR - AR/MS** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR - AR/MS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 10 de março de 2017.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2016	2015		Nota explicativa	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	47.892.679	40.711.720	Fornecedores	10	126.032	188.532
Contas a receber	5	2.636.723	2.371.950	Convênios	11	1.032.424	1.077.654
Estoques	6	1.017.091	717.631	Obrigações tributárias	12	162.114	91.417
Adiantamentos	7	162.639	140.225	Obrigações trabalhistas	13	748.176	581.027
Despesa antecipada		20.457	18.355	Valores a repassar a entidades	14	-	77.447
		<u>51.729.589</u>	<u>43.959.881</u>	Partes relacionadas	15	322.732	104.888
						<u>2.391.478</u>	<u>2.120.965</u>
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado	8	3.914.445	3.923.847	Patrimônio Social	16	53.367.465	45.789.741
Intangível	9	114.909	26.978			<u>53.367.465</u>	<u>45.789.741</u>
		<u>4.029.354</u>	<u>3.950.825</u>				
Total do ativo		<u><u>55.758.943</u></u>	<u><u>47.910.706</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>55.758.943</u></u>	<u><u>47.910.706</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Nota explicativa	2016	2015
Receitas operacionais			
Contribuições sociais	17	33.787.677	29.395.354
Realizações de convênios	18	3.140.740	2.708.338
Total das receitas operacionais		36.928.417	32.103.692
(+/-) Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas	19	(23.779.158)	(17.677.046)
Despesas com pessoal	20	(7.910.282)	(6.467.189)
Despesas com aplicações programas especiais		(3.212.026)	(2.522.706)
Receitas financeiras		5.782.356	4.215.958
Receitas diversas		58.253	17.487
Despesas financeiras		(5.864)	(814)
Depreciações		(301.413)	(340.422)
Amortizações		(9.445)	(8.673)
Total das despesas e receitas operacionais		(29.377.579)	(22.783.405)
(=) Superávit operacional		7.550.838	9.320.287
(+/-) Outras receitas e despesas			
Receita na venda de imobilizado		32.000	28.500
Perdas com imobilizado		(5.114)	(1.527)
Total de outras despesas e receitas		26.886	26.973
(=) Superávit do exercício		7.577.724	9.347.260

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	2016	2015
Superávit do exercício	<u>7.577.724</u>	<u>9.347.260</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>7.577.724</u>	<u>9.347.260</u>
Total do resultado abrangente atribuível ao Acervo patrimonial	<u>7.577.724</u>	<u>9.347.260</u>
	<u>7.577.724</u>	<u>9.347.260</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	Superávits acumulados		Total do patrimônio social
	De exercícios anteriores	Do exercício	
Saldos em 1º de janeiro de 2015	26.988.832	9.453.649	36.442.481
Aprovação do superávit do exercício de 2015 - Reunião do Conselho de Administração de 31 de março de 2015	9.453.649	(9.453.649)	-
Superávit do exercício	-	9.347.260	9.347.260
Saldos em 31 de dezembro de 2015	36.442.481	9.347.260	45.789.741
Aprovação do superávit do exercício de 2016 - Reunião do Conselho de Administração de 30 de março de 2016	9.347.260	(9.347.260)	-
Superávit do exercício	-	7.577.724	7.577.724
Saldos em 31 de dezembro 2016	45.789.741	7.577.724	53.367.465

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	2016	2015
I - Fluxo de caixa das operações		
Recebimentos de contribuições sociais	33.522.904	28.595.459
Recebimentos de prestações de serviços	28.630	14.013
Recebimentos de convênios, contrato e termo de adesão	3.028.718	2.708.338
Rendimentos de aplicações financeiras	5.782.356	4.215.958
(+/-) Recebimentos/pagamentos, líquidos, de recursos de convênios	(45.230)	878.791
(-) Pagamentos a fornecedores por custos e despesas	(26.026.299)	(19.492.178)
(-) Pagamentos de pessoal e encargos	(7.967.655)	(6.449.622)
(-) Pagamentos de obrigações tributárias	(458.806)	(106.133)
(-) Pagamentos a conselheiros e gestores	(318.747)	(299.726)
(-) Pagamentos de recursos por termos de cooperação	-	(138.751)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	7.545.871	9.926.149
II - Fluxo de caixa dos investimentos		
Aquisições de imobilizado	(297.124)	(138.989)
Aquisições de intangíveis e gastos diferidos	(97.376)	-
Vendas de imobilizado	32.000	28.500
Perdas com imobilizado	(2.412)	(1.527)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(364.912)	(112.016)
Aumento das disponibilidades	7.180.959	9.814.133
Demonstração das variações líquidas de disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40.711.720	30.897.587
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	47.892.679	40.711.720
Aumento das disponibilidades	7.180.959	9.814.133

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Demonstrações dos valores adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

	2015	2014
1 - RECEITAS		
1.1 - Contribuições sociais - Lei nº 8.315/91 (INSS)	29.395.354	23.703.648
1.2 - Prestação de serviços	-	14.500
1.3 - Receita de convênios, contrato e termo de adesão	2.708.338	3.671.515
1.4 - Receitas diversas	17.487	203.554
	<u>32.121.179</u>	<u>27.593.217</u>
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
2.1 - Custo de prestação de serviços educacionais	(13.721.998)	(10.069.708)
2.2 - Materiais educacionais	(980.157)	(1.008.924)
2.3 - Materiais, energia e demais serviços de terceiros	(1.587.583)	(1.198.753)
2.4 - Gastos gerais de administração	(317.856)	(55.668)
2.5 - Gastos relativos a termos de cooperação	(192.850)	(384.380)
2.6 - Perdas de valores ativos	(1.527)	-
2.7 - Aplicações em programas especiais	(2.522.706)	(2.193.441)
	<u>(19.324.677)</u>	<u>(14.910.874)</u>
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	<u>12.796.502</u>	<u>12.682.343</u>
4 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(349.095)	(297.811)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)	<u>12.447.407</u>	<u>12.384.532</u>
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1 - Receitas financeiras	4.215.958	2.707.159
6.2 - Venda de imobilizado	28.500	-
	<u>4.244.458</u>	<u>2.707.159</u>
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	<u>16.691.865</u>	<u>15.091.691</u>
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1 - Pessoal		
8.1.1 - Remuneração direta	4.254.981	3.234.071
8.1.2 - Conselheiros e gestores	299.726	270.080
8.1.3 - Benefícios	570.112	483.121
8.1.4 - FGTS	399.239	275.442
	<u>5.524.058</u>	<u>4.262.714</u>
8.2 - Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 - Federais	1.242.857	1.262.576
8.2.2 - Estaduais	40.520	1.647
	<u>1.283.377</u>	<u>1.264.223</u>
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 - Juros	814	722
8.3.2 - Aluguéis	536.356	110.383
	<u>537.170</u>	<u>111.105</u>
8.4 - Remuneração de capitais próprios		
8.4.1 - Superávits do exercício	9.347.260	9.453.649
	<u>9.347.260</u>	<u>9.453.649</u>
TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>16.691.865</u>	<u>15.091.691</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

1. Contexto operacional

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR - AR/MS, é uma Entidade integrante do “Sistema S”, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), nos termos da Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 e do Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992.

É um serviço social autônomo, classificado como Entidade paraestatal, ou seja, uma pessoa jurídica de direito privado criada por lei, que atua sem submissão à Administração Pública, com o objetivo de promover o atendimento de necessidades assistenciais e educacionais de certas atividades ou categorias profissionais, sendo mantida pelo Estado mediante contribuições obrigatórias.

É dirigida por um Conselho Deliberativo tripartite, formado por representantes do governo, dos setores patronais e dos trabalhadores. Nos Estados existem as administrações regionais vinculadas às Federações da Agricultura e Administração pelos respectivos conselhos administrativos.

Por meio da Lei Municipal nº 3.477, de 8 de junho de 1998, publicada no Diário Oficial de Campo Grande nº 102 de 9 de junho de 1998, foi declarada de utilidade pública municipal.

O SENAR possui destinação específica de receitas arrecadadas pelo Governo Federal, sendo Entidade instituída por lei com o estrito propósito de prestar serviços de caráter social aos trabalhadores, na área de formação profissional (rural).

O SENAR tem por objetivo: proporcionar o desenvolvimento socioeconômico do trabalhador rural e de sua família, por meio da realização de ações de formação profissional rural e atividades de promoção social. Os níveis de formação profissional oferecidos são: qualificação, aperfeiçoamento, atualização e especialização.

O SENAR - AR/MS tem como missão promover a educação, a informação e o conhecimento em agronegócios à comunidade rural de Mato Grosso do Sul, com inovação e competência, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

O SENAR - AR/MS é uma instituição de fins educacionais sem fins lucrativos, sem caráter empresarial, sendo considerada entidade imune na forma do disposto no artigo 150, inciso VI, alínea “c” da Constituição Federal. Para fins deste dispositivo, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

A garantia constitucional de imunidade em relação aos tributos, com fundamentação no artigo 150, VI, "c" da Constituição Federal de 1988, tem sido assegurada nos tribunais quanto ao IOF e é aplicável aos demais tributos como o IPTU e o ITBI, o que igualmente ocorre em favor de todas as demais instituições de serviço social autônomo.

Segundo o disposto no § 2º do artigo 12, da Lei nº 9.532/1997, para o gozo da imunidade, instituições como o SENAR estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- a. Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados. Esta vedação, entretanto, não impede a remuneração aos Diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício nem a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% do limite estabelecido para a remuneração de servidores do poder executivo federal;
- b. Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- c. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e. Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Receita Federal do Brasil;
- f. Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
- g. Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;
- h. Outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

Por se constituir em instituição de fins educacionais sem fins lucrativos, o SENAR e o SENAR - AR/MS não devem apresentar superávit em suas contas ou, caso apresentem em determinado exercício, deverão destinar integralmente o referido resultado à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, podendo aplicá-lo, ainda, como incremento de seu ativo imobilizado. Quando apurado déficit, o déficit técnico do exercício será absorvido pelo patrimônio social.

De acordo com o inciso I do artigo 12 do Decreto nº 3.078 de 6 de maio de 1999, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732 de 1998, a Entidade está isenta também da Contribuição Social.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico de Contabilidade, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conforme adotado no Brasil por meio de aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Resolução CFC 1.409/12 que aprova a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, ou seja, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 10 de março de 2017.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade utilize estimativa e adote premissas objetivas e subjetivas para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, Provisão para Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas periodicamente.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades pertencentes à Entidade são representadas pelos recursos mantidos em espécie na sua tesouraria, pelos saldos de livre movimentação dos depósitos bancários à vista e pelas aplicações financeiras de curto prazo.

As aplicações financeiras estão representadas por quantias investidas em fundos de investimento, certificados de depósitos bancários e depósitos em poupança, cujos saldos correspondem aos montantes efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

As aplicações financeiras em nome da Entidade estão classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3.2. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.

Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Entidade compreendem contas a receber, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

3.3. Contas a receber

As contas a receber são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). A Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

Não foram constituídas provisões para perdas de créditos por não haver inadimplências conhecidas ou estimáveis de contas a receber.

3.4. Estoques

O saldo de almoxarifado é resultante do total em estoque dos materiais adquiridos para uso da Entidade, constituídos especialmente por materiais para e consumo nas finalidades educacionais da Entidade. Constituem os estoques, ainda, todos os artigos de uso e consumo da Administração da Entidade, como materiais de papelaria, escritório e informática.

Os bens adquiridos para o almoxarifado são registrados pelos respectivos custos de aquisição e são baixados para despesa por ocasião das requisições de consumo.

3.5. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição e construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Entidade. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais do resultado.

As obras e demais imobilizados em andamento, enquanto não concluídas, são classificadas no ativo imobilizado como imobilizado em andamento.

O ativo imobilizado da Entidade é representado pelos bens de capital utilizados nas suas atividades sociais, os quais são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, diminuídos das correspondentes depreciações acumuladas, estas calculadas mensalmente pelo método linear segundo as taxas anuais indicadas na Nota Explicativa nº 8, determinadas em função das vidas úteis estimadas desses bens.

b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A Administração da Entidade realizou o Teste de Recuperabilidade (Impairment Test) conforme NBC TG 1000, bem como a revisão da Vida Útil das contas “Imóvel” e “Veículos” para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

3.6. Intangível

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Entidade e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

Os ativos intangíveis são representados por gastos realizados com aquisições de licenças e programas de informática. Os referidos direitos são demonstrados por seus custos incorridos quando das aquisições, deduzidos dos saldos das amortizações acumuladas, estas calculadas com base em taxas lineares anuais indicadas na Nota Explicativa nº 9.

3.7. Fornecedores

Os montantes a pagar são contabilizados pelos valores constantes das respectivas notas fiscais mercantis e de serviços, sendo ajustados, nas datas dos balanços, quando assim aplicáveis: (a) pelo desconto a valor presente sobre os preços de aquisição contratados a prazo, calculado com base em taxas de juros pré-fixados, sempre que os referidos preços embutirem encargos financeiros e/ou variarem em relação aos seus correspondentes preços a vista; e (b) pela variação cambial, relativamente às transações pactuadas em moeda estrangeira.

3.8. Obrigações tributárias

A Entidade é pessoa jurídica imune da incidência do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e, por consequência, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), bem como das contribuições ao PIS e à COFINS sobre o faturamento e demais receitas.

No entanto, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição ao PIS sobre o montante global das remunerações mensais pagas, devidas ou creditadas aos trabalhadores assalariados por meio de suas folhas de pagamento, à alíquota de 1%.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passada.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC PME e consideram premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos:

Ativos contingentes - trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)**

Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

3.10. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.11. Reconhecimento de receita

A receita é registrada com base no regime de competência.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos serviços prestados no curso normal das atividades da Entidade.

A Entidade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser o mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

A principal receita do SENAR - AR/MS é a decorrente do recebimento das contribuições sociais arrecadadas pela Previdência Social em guias previdenciárias, na forma prevista na Lei nº 8.315/91. A arrecadação previdenciária é encaminhada mensalmente pelo Ministério da Fazenda ao SENAR Central sendo repassado ao SENAR- AR/MS e suas incidências recaem sobre o valor bruto da comercialização da produção rural e sobre a folha de salários de pessoas físicas, jurídicas e agroindústrias. As incidências ocorrem da seguinte forma:

- a) **Sobre o valor bruto da comercialização da produção rural:** incidem sobre as receitas de vendas da produção rural próprias, praticadas nos mercados interno e para o exterior (exportações), sendo aplicadas as seguintes alíquotas: (i) 0,2% para as pessoas físicas; (ii) 0,25% para as pessoas jurídicas e agroindústrias;
- b) **Sobre a folha de pagamento:** para as empresas prestadoras de serviços rurais e demais empresas com contribuição sobre a folha de salários, bem como Sindicatos, Federações e Confederação Patronal Rural, a alíquota é de 2,5% sobre a folha de pagamento dos empregados.

Além de sua principal receita, o SENAR - AR/MS auferiu no exercício de 2016 receitas com prestação de serviços originária de Contrato de Assistência Técnica.

3.12. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2016

A Entidade está obrigada a adoção das práticas contábeis aplicáveis ao setor público para o exercício de 2017. As novas normas devem resultar em alterações com impactos significativos nas suas demonstrações contábeis. Estas normas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis no futuro.

As normas emitidas e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade até 31 de dezembro de 2016, a serem aplicadas a Entidade a partir de 2017 são:

- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público;
- NBC TSP 01 Receita de Transação sem Contraprestação - IPSAS 9;
- NBC TSP 02 Receita de Transação com Contraprestação - IPSAS 23;
- NBC TSP 03 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - IPSAS 19;
- NBC TSP 04 Estoques IPSAS 12;
- NBC TSP 05 Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente - IPSAS 32;
- NBC T 16.6 R1 Demonstrações Contábeis;

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

- NBC T 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis;
- NBC T 16.8 Controle Interno;
- NBC T 16.9 Depreciação, Amortização e Exaustão;
- NBC T 16.10 Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público;
- NBC T 16.11 Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Conta bancária - própria	8.442	-
Conta bancária - convênios	93.875	2.139
Aplicações financeiras - próprias	46.851.813	39.634.066
Aplicações financeiras - convênios	938.549	1.075.515
	<u>47.892.679</u>	<u>40.711.720</u>

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimento de renda fixa, CDB DI, CDB DI Swap e poupança, sendo remuneradas por taxas mensais que variaram entre 0,30% e 0,53%. Essas aplicações possuem liquidez imediata com mudança insignificante em relação ao valor registrado.

5. Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contribuições Sociais - Lei nº 8.315 INSS	2.636.723	2.371.950
	<u>2.636.723</u>	<u>2.371.950</u>

Refere-se ao saldo a receber da arrecadação das contribuições ao SENAR, com base na Lei nº 8.315/91, de obrigação de recolhimento em guias previdenciárias pelos produtores rurais pessoas físicas e jurídicas e das agroindústrias, todos pertencentes à jurisdição do Mato Grosso do Sul.

Essas contribuições arrecadadas correspondem às competências de dezembro de 2016 e 2015 e seus repasses são efetuados pelo Ministério da Fazenda dentro da primeira quinzena do mês subsequente.

Representam as quantias a serem repassadas pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, por Contribuições Sociais sobre a comercialização da produção agropecuária devidas por Pessoas Físicas, jurídicas e agroindústrias;

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

6. Estoques

São representados por materiais para consumo das atividades rotineiras, administrativas, manutenção de equipamentos de informática e materiais destinados a cursos prestados pela Entidade.

	2016	2015
Material de consumo	188.360	195.388
Material de informática	32.499	35.950
Material instrucional	796.232	486.293
	<u>1.017.091</u>	<u>717.631</u>

7. Adiantamentos

	2016	2015
Férias	101.933	83.429
Restituído por empregado	127	238
Fornecedores	60.579	56.558
	<u>162.639</u>	<u>140.225</u>

8. Ativo imobilizado

Em 2016	Taxa anual de deprec.	Saldo em 31/12/2015			Movimentação em 2016				Saldo em 31/12/2016		
		Custo	(-) Deprec. acumulada	Líquido	Adições		Baixas		Custo	(-) Deprec. acumulada	Líquido
					Custo	(-) Deprec. acum.	Custo	(-) Deprec. acum.			
Terrenos	-	1.371.945	-	1.371.945	-	-	-	-	1.371.945	-	1.371.945
Prédios	4%	2.248.065	(523.206)	1.724.859	-	(89.922)	-	27.660	2.248.065	(585.468)	1.662.597
Instalações e adaptações	10%	398.050	(205.627)	192.423	-	(39.805)	-	-	398.050	(245.432)	152.618
Equipamentos máquinas e aparelhos	10%, 20% e 25%	686.983	(391.462)	295.521	297.124	(132.949)	(35.775)	33.363	948.332	(491.048)	457.284
Veículos	20%	224.080	(139.374)	84.706	-	(22.599)	(63.990)	67.527	160.090	(94.446)	65.644
Mobiliário em geral	10% e 20%	396.569	(211.251)	185.318	-	(39.578)	-	-	396.569	(250.829)	145.740
Equipamento de comunicação	10% e 20%	14.170	(7.742)	6.428	-	(2.834)	-	-	14.170	(10.576)	3.594
Máquinas, aparelhos e utensílios de escritório	10%	2.279	(2.008)	271	-	(100)	-	-	2.279	(2.108)	171
Outros equipamentos permanentes	10%, 20% e 25%	79.557	(17.181)	62.376	-	(7.523)	-	-	79.557	(24.704)	54.853
		5.421.698	(1.497.851)	3.923.847	297.124	(335.310)	(99.765)	128.550	5.619.057	(1.704.611)	3.914.445
		5.421.698	(1.497.851)	3.923.847	297.124	(335.310)	(99.765)	128.550	5.619.057	(1.704.611)	3.914.445

Em 2015	Taxa anual de deprec.	Saldo em 31/12/2014			Movimentação em 2015				Saldo em 31/12/2015		
		Custo	(-) Deprec. acumulada	Líquido	Adições		Baixas		Custo	(-) Deprec. acumulada	Líquido
					Custo	(-) Deprec. acum.	Custo	(-) Deprec. acum.			
Terrenos	-	1.371.945	-	1.371.945	-	-	-	-	1.371.945	-	1.371.945
Prédios	4%	2.248.065	(433.284)	1.814.781	-	(89.922)	-	-	2.248.065	(523.206)	1.724.859
Instalações e adaptações	10%	398.050	(165.822)	232.228	-	(39.805)	-	-	398.050	(205.627)	192.423
Equipamentos máquinas e aparelhos	10%, 20% e 25%	721.957	(318.508)	403.449	-	(106.401)	(34.974)	33.447	686.983	(391.462)	295.521
Veículos	20%	201.070	(158.310)	42.760	96.500	(54.554)	(73.490)	73.490	224.080	(139.374)	84.706
Mobiliário em geral	10% e 20%	396.569	(171.673)	224.896	-	(39.578)	-	-	396.569	(211.251)	185.318
Equipamento de comunicação	10% e 20%	12.532	(5.039)	7.493	1.638	(2.703)	-	-	14.170	(7.742)	6.428
Máquinas, aparelhos e utensílios de escritório	10%	2.279	(1.907)	372	-	(101)	-	-	2.279	(2.008)	271
Outros equipamentos permanentes	10%, 20% e 25%	38.707	(9.823)	28.884	40.850	(7.358)	-	-	79.557	(17.181)	62.376
		5.391.174	(1.264.366)	4.126.808	138.988	(340.422)	(108.464)	106.937	5.421.698	(1.497.851)	3.923.847
		5.391.174	(1.264.366)	4.126.808	138.988	(340.422)	(108.464)	106.937	5.421.698	(1.497.851)	3.923.847

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

9. Intangível

	Taxa anual de amortização	2016	2015
Custo de aquisição			
Programas de informática	20% e 25%	262.778	165.403
		<u>262.779</u>	<u>165.403</u>
(-) Amortizações acumuladas			
Programas de informática		(147.869)	(138.425)
		<u>(147.869)</u>	<u>(138.424)</u>
		<u>114.909</u>	<u>26.978</u>

10. Fornecedores

Os montantes a pagar aos fornecedores de serviços compreendem os gastos de apoio às atividades educacionais e os administrativos, como alimentação, realizações de eventos, auditoria, termo de cooperação com Famasul e manutenções de bens.

Os saldos a pagar a Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul - FAMASUL referente ao exercício de 2015 foi quitado no ano corrente e correspondem ao montante das despesas administrativas decorrentes do uso, em condomínio, do prédio onde está sediado o SENAR - AR/MS em Campo Grande/MS. Essas despesas são rateadas em 58,94% para o SENAR-AR/MS e 41,06% para FAMASUL, conforme ATA nº02 de 06/06/2015 do Conselho Administrativo do SENAR-AR/MS. 22222:

	2016	2015
FAMASUL - Rateio da Casa Rural	73.620	75.633
Serviços	30.993	43.389
Concessionários de serviços	5.218	6.551
Produtos/mercadorias	16.201	59.952
Instrutores	-	3.007
	<u>126.032</u>	<u>188.532</u>

11. Convênios

	2016	2015
"PRONATEC/ FNDE/ MEC"	133.595	226.455
Programa "Negocio Certo Rural"	541	440
Programa "Mais Inovação"	787.315	508.710
Programa "REDE E-TEC 46435-X"	13.558	87.459
Programa "REDE E-TEC MEC 46933-5"	49.189	253.285
Programa "Agrinho - FCMS"	-	1.305
Programa ABC Cerrado	48.226	-
	<u>1.032.424</u>	<u>1.077.654</u>

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

Os valores a realizarem sob esta rubrica referem-se aos saldos das verbas recebidas como seguem:

- a) SEBRAE MS - Programas “Negócio Certo Rural” e “Mais Inovação”;
- b) Banco Mundial - ABC Cerrado”;
- c) Governo Federal - PRONATEC/FNDE/MEC.

As verbas recebidas e destinadas à consecução dos respectivos projetos são registradas contabilmente nesta conta de passivo em contrapartida às contas bancárias abertas exclusivamente para esta finalidade, as quais integram os saldos das disponibilidades demonstrados na Nota Explicativa nº 4.

12. Obrigações tributárias

	2016	2015
Imposto de renda retido na fonte	103.892	62.159
PIS sobre folha de pagamento	8.783	6.897
ISS retido	25.921	12.720
PIS/COFINS/CSLL retidos	23.518	9.641
	<u>162.114</u>	<u>91.417</u>

13. Obrigações trabalhistas

	2016	2015
INSS a pagar	152.810	124.427
FGTS a pagar	53.074	-
Consignação sobre folha de pagamento	59	-
Provisão de férias	408.931	344.714
Provisão de encargos sociais sobre férias	133.302	111.886
	<u>748.176</u>	<u>581.027</u>

14. Valores a repassar a entidades

	2016	2015
FAMASUL - Termo Cooperação Tec.2%	-	77.447
	<u>-</u>	<u>77.447</u>

O saldo desta rubrica, em 31 de dezembro de 2015, corresponde ao valor a repassar à Federação da Agricultura e Pecuária do MS - FAMASUL, foi quitado no ano de 2016, em virtude de termo de cooperação técnica celebrado entre o SENAR - AR/MS e a referida Federação.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

O termo firmado entre as duas entidades consiste na cooperação técnica da FAMASUL, que deve fornecer frequentemente ao SENAR - AR/MS o conhecimento técnico e científico de seus profissionais e pesquisadores, lotados na sua Unidade Técnica, com o objetivo de elaborar programas pedagógicos e educacionais e prover de maneira qualificada a Entidade de dados, estatísticas, textos, artigos, cartilhas e manuais relativos ao segmento agropecuário, os quais serão utilizados nos cursos de Formação Profissional e Promoção Social (FPR e PS) realizados pelo SENAR - AR/MS.

O termo de cooperação prevê o repasse do SENAR - AR/MS à FAMASUL de até 2% da arrecadação mensal da Entidade, sendo esta quantia suportada por gastos e despesas operacionais incorridos pela Federação com os trabalhos, com a estrutura e com o pessoal lotado na sua Unidade Técnica, desde que devidamente comprovados.

15. Partes relacionadas

Durante o exercício de 2015 não foram identificadas transações entre partes relacionadas além da remuneração do pessoal chave da administração.

a) Valores a repassar a unidades

	2016	2015
Senar - Administração Central	<u>322.732</u>	<u>104.888</u>
	<u>322.732</u>	<u>104.888</u>

Corresponde ao valor dos recursos materiais: Cartilhas, Manuais, Materiais de Divulgação Institucional entre outros, fornecidos pelo SENAR Central, conforme disposto na Nota Técnica nº 015/DAF/2014 de 01/07/2014 do SENAR Central.

b) Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2016, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a direção da Entidade, totalizou R\$ 318.746,94 (R\$ 350.587 em 2015) registrados no grupo de despesas com pessoal, incluindo salários, remunerações variáveis e benefícios diretos.

A Entidade não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

16. Patrimônio líquido

O patrimônio social em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 53.367.465 (R\$ 45.789.741, em 31 de dezembro de 2015), sendo exclusivamente composto pelos superávits acumulados.

O patrimônio social pode ser assim resumido:

<u>Patrimônio social</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Disponibilidades	47.892.679	40.711.720
Créditos	2.799.361	2.512.175
Estoques	1.017.091	717.631
Imobilizações	4.029.355	3.950.825
Demais ativos	20.457	18.355
	<u>55.758.943</u>	<u>47.910.706</u>
(-) Obrigações operacionais	(1.036.321)	(860.976)
(-) Obrigações por repasses e convênios	(1.355.156)	(1.259.989)
	<u>(2.391.477)</u>	<u>(2.120.965)</u>
(=) Patrimônio social	<u>53.367.466</u>	<u>45.789.741</u>

17. Receita

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lei nº 8.315 INSS	33.787.677	29.395.354
	<u>33.787.677</u>	<u>29.395.354</u>

A principal receita do SENAR - AR/MS é a decorrente do recebimento das contribuições sociais arrecadadas pela Previdência Social em guias previdenciárias, na forma prevista na Lei nº 8.315/91.

18. Realizações de convênios

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Programa "Mais Inovação"	785.243	518.517
Programa "Negócio Certo Rural"	479.904	871.560
Programa "REDE E-TEC 46435-X"	79.422	154.933
Programa "REDE E-TEC MEC 46933-5"	676.466	29
Programa "REDE E-TEC Doação Mat."	107.360	19.051
Programa "Agrinho - FCMS"	-	13.748
PRONATEC/ FNDE/ MEC	283.210	1.130.500
Programa "Negócio Certo Rural Doação Mat."	2.401	-
Programa "PRONATEC Doação Mat."	2.260	-
Programa ABC Cerrado	724.474	-
	<u>3.140.740</u>	<u>2.708.338</u>

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)****19. Despesas administrativas**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Atividade-meio		
Gastos com utilidades e serviços	(139.824)	(127.661)
Despesas com manutenções de bens	(98.876)	(181.350)
Material de consumo	(98.650)	(86.159)
Serviços de terceiros PJ	(406.691)	(403.615)
Serviços de terceiros PF	(3.356)	(5.970)
Despesas com viagens	(33.915)	(4.586)
Despesas gerais	(16.893)	(30.658)
Despesas com gestores	(318.747)	(299.726)
Gastos com termos de cooperação	-	(192.850)
Despesas tributárias	(10.550)	(40.520)
	<u>(1.127.502)</u>	<u>(1.373.095)</u>
 Atividade-fim		
Gastos com utilidades e serviços	(1.571.010)	(953.976)
Despesas com manutenções de bens	(122.763)	(51.550)
Material de consumo	(1.482.248)	(860.149)
Serviços de terceiros PJ	(13.555.285)	(9.360.607)
Serviços de terceiros PF	(176.112)	(4.894)
Despesas com viagens	(5.586.495)	(4.974.719)
Despesas gerais	(157.743)	(98.056)
	<u>(22.651.656)</u>	<u>(16.303.951)</u>
	<u>(23.779.158)</u>	<u>(17.677.046)</u>

20. Despesa com pessoal

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Atividade-meio		
Salários e remunerações fixas	(1.416.201)	(979.518)
Remunerações variáveis	(37.364)	(49.008)
Encargos sociais diretos	(482.971)	(325.590)
Benefícios	(675.022)	(569.792)
	<u>(2.611.558)</u>	<u>(1.923.908)</u>
 Atividade-fim		
Salários e remunerações fixas	(3.882.272)	(3.193.214)
Remunerações variáveis	(65.555)	(33.241)
Encargos sociais diretos	(1.350.897)	(1.316.506)
Benefícios	-	(320)
	<u>(5.298.724)</u>	<u>(4.543.281)</u>
	<u>(7.910.282)</u>	<u>(6.467.189)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

21. Gestão de riscos

Os principais passivos financeiros da Entidade referem-se contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Entidade.

A Entidade possui contas a receber e outras contas a receber, depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Entidade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se às obrigações de longo prazo da Entidade sujeitas a taxas de juros variáveis e correção monetária vinculada a índices.

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Entidade e o risco é minimizado na alocação de recurso com entidades de primeira linha e de grande porte.

Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre das decisões da Administração da Entidade, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras, conforme elas vençam.

A Entidade acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

22. Instrumentos financeiros e operações com instrumentos derivativos

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros registrados nos balanços - disponibilidades, créditos operacionais, fornecedores, obrigações e adiantamentos se aproximam substancialmente de seus correspondentes valores justos e/ou de realização, tendo sido todos contratados e/ou contraídos em condições normais de negociação no mercado.

A Entidade não é titular de créditos e obrigações, cujos valores estejam sujeitos ou foram contratados a variações por taxas de câmbio.

Não há quaisquer posições em instrumentos derivativos e/ou outros ativos e passivos sujeitos a riscos cambiais em nome da Entidade. Do mesmo modo, não foram aplicados recursos em operações cambiais e/ou com naturezas ou características semelhantes, tendo ou não por objetivo a especulação financeira.

23. Eventos subsequentes

Até a data de fechamento deste relatório, não tivemos conhecimento de operações ou eventos subsequentes sobre os quais houvesse a necessidade de evidenciar fatos e quantificar os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis.